



[Atribuição BB CY 4.0](#)

QUILOMBOS: USOS E SENTIDOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Antônio Marcos Bomfim¹

Flávia Costa e Silva²

Adeir Ferreira Alves³

Resumo

Somos três pessoas negras do magistério público distrital (uma mulher quilombola), e queremos compreender em quais aspectos ontológicos e didáticos a questão quilombola pode ser acionada na Educação Básica para pensar a identidade negra e a pauta antirracista nas escolas. A nossa perspectiva teórica parte de estudos quilombolas, educação e direitos humanos; emerge também da convivência e do pertencimento com o quilombo Mesquita. Pensamos o quilombo em seu sentido identitário positivo, por isso o apresentamos nas literaturas de direitos humanos e na pauta racial considerando-o como um consistente elemento ontológico da cosmopercepção africana, e não como um “objeto de estudos” ocidentalistas. Por essas razões, o quilombo, aqui soma-se à literatura anti colonial que o concebe como um agente educador na pauta antirracista, ao

¹ Mestre em Ensino de Ciências (UEG); Graduado em Normal Superior (UESPI); Membro do GEMECE-IFG; Professor da Educação Básica da SEEDF. antoniobomfimmarcos@gmail.com

² Mestra em educação (UnB); Graduada em pedagogia (UNIDESC); Membro do NEAB/UnB e GEPPHERG/FE-UnB; Pesquisadora da Rede Nacional de Pesquisadores Quilombolas da CONAQ; Professora da Educação Básica da SEEDF. flavia1162017@gmail.com

³ Doutor em Metafísica (UnB), Mestre em Direitos Humanos e Cidadania (UnB), Bacharel e Licenciado em Filosofia (Inst. Sto. Tomás de Aquino). Pesquisador do GEPPHERG/FE-UnB, GECAL/UnB, Membro do NEAB/UnB. Professor da Educação Básica da SEEDF. adeir.liceu@gmail.com

mesmo tempo em que rompe com sentidos colonialistas do fazer pedagógico que secularmente o apresenta como um reduto de negros fugidos da escravidão.

Palavras-chave

Cosmopercepção Africana; Quilombo Mesquita; Antirracismo.

Recebido em: 27/03/2025
Aprovado em: 21/07/2025

QUILOMBOS: USES AND MEANINGS FOR ANTI- RACIST EDUCATION

Abstract

We are three black people from the district's public teaching system (one a quilombola woman), and we want to understand in what ontological and didactic aspects the quilombola issue can be used in Basic Education to think about black identity and the anti-racist agenda in schools. Our theoretical perspective stems from quilombola studies, education and human rights; it also emerges from living in and belonging to the Mesquita quilombo. We think of the quilombo in its positive identity sense, which is why we present it in human rights literature and on the racial agenda, considering it as a consistent ontological element of the African worldview, and not as a Western “object of study”. For these reasons, the quilombo is added to the anti-colonial literature that conceives of it as an educating agent in the anti-racist agenda, at the same time as it breaks with the colonialist meanings of pedagogical practice that has secularly presented it as a stronghold of blacks escaping from slavery.

Keywords

African Cosmoperception; Mesquita Quilombo; Anti-racism.

Considerações iniciais

Esse texto pretende responder à seguinte pergunta: “em que medida que a questão quilombola – em termos de usos (didática) e sentidos (aspectos ontológico-epistêmicos) além das comunidades tradicionais – pode ser acionada na Educação Básica para pensar a identidade negra e, mais precisamente, a pauta antirracista nas escolas?”

Consideramos que essa indagação crítica – junto com usos e sentidos positivos acerca do quilombo – pode ajudar a modificar as posições de poder no campo de ensino, em que as narrativas colonialistas empregadas em escolas, costumam postular o quilombo, bem como demais organizações sociais negras, como subalterno, inculto, primitivo, anti moderno, ou no máximo como resistência à escravidão (Alves, 2019).

Do grupo de escrita desse artigo, duas pessoas integram a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola-PNEERQ; uma das pessoas está no âmbito nacional como representante da região Centro-Oeste na Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola-CONEEQ instituída em 2023 pelo MEC/SECADI⁴ e a outra no âmbito distrital na governança dessa política, bem como ambas integram o Grupo de Trabalho de escrita do Protocolo Antirracista das escolas do Distrito Federal-DF.

A PNEERQ tem o objetivo de promover a equidade racial no sistema educacional brasileiro. Entre seus principais objetivos, destacam-se a garantia do acesso e permanência de estudantes negros, quilombolas e de outras populações tradicionais na Educação Básica e Superior, a valorização da história e cultura afro-brasileira e quilombola nos currículos escolares e a formação continuada de educadores para atuar em contextos de diversidade étnico-racial (Brasil, 2024). A referida política é uma ação do Governo Federal (Lula), que teve como prazo final para adesão dos estados federados o mês de fevereiro de 2025.

Por essas razões é que, algumas das inquietações que movimentam esse excerto, são oriundas da discussão ampla sobre a questão racial. Nesse contexto da PNEERQ – em que a inteligência negra conclama as frentes de estudos antirracistas – apontamos diferentes estratégias em que quilombo é acionado

⁴ Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.

para pensar a identidade racial e as desigualdades raciais no país, partindo das escolas.

A identidade aqui abordada tem como base teórica o que Alves (2024) trata como sentido de “repatriamento identitário”, ou seja, um modo de se orientar para a comunidade negra, seja ela quilombo, terreiro de candomblé ou alguma organização social negra – em que a ancestralidade e os demais elementos da cosmo percepção africana sejam cultivadas.

Enquanto profissionais da educação⁵, nós buscamos constantemente caminhos para uma educação antirracista. Sim, esse é o nosso foco e o que nos motiva a compreender a questão em tela, de forma que objetivamos contribuir com uma educação mais democrática. Com efeito, nos empenhamos em compreender quais usos e sentidos o quilombo representa para a educação antirracista na Educação Básica – para além das comunidades quilombolas – ao ressignificar também a Educação Escolar Quilombola-EEQ.

“Usos e sentidos” são termos que o antropólogo Kabengele Munanga (2020) emprega para apresentar a identidade negra através do conceito de “negritude”. Conforme Munanga, o sentido de negritude surge com o empenho de intelectuais negros (sobretudo, africanos e antilhanos) que estavam vivendo e/ou estudando na Europa, na primeira metade do século XX. Estando fora de suas terras e sob forte onda de racismo – inclusive com muitos países africanos sob dominação colonial europeia –, as pessoas negras nas diásporas precisaram então se organizar para retornar à identidade positiva que seus grupos culturais ancestralmente indicavam.

Abrimos um parêntese aqui para informar também que, pessoas negras que nasceram em colônias europeias, a exemplo do antilhano Frantz Fanon, encontraram ainda maiores dificuldades para refletir sobre uma identidade racial negra além do legado colonial plantado na sua terra natal.

É nesse aspecto de “expatriamento identitário” (Alves, 2024) que compreendemos as dificuldades socioculturais para debater sobre como fortalecer/resgatar/construir/repatriar para/a identidade racial negra professoras/es e estudantes que estão imersos em ideologias racistas e da branquitude no Brasil; apontamos os desafios de desconstrução de matrizes

⁵As pesquisas de mestrado das pessoas que integram esse grupo de escrita são todas sobre quilombo, sendo uma pesquisa no Programa de Pós-graduação de Ensino de Ciências da UEG; outra no Programa de Pós-graduação em Educação da UnB e a terceira no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

epistêmicas que proliferam narrativas colonialistas, a exemplo de epistemologias eurocentradas, hegemônicas e homogêneas (Kilomba; Oyewumi; 2019; 2019).

Caudatárias desses modelos imperialistas e colonialistas, a educação brasileira tende a “desconhecer” a potência cultural, simbólica, científica, histórica, ancestral das organizações sociais negras tradicionais, especialmente os quilombos sob uma perspectiva positiva. Ou seja, quando a questão negra é acionada na escola é quase sempre sob a redoma eurocêntrica, negativa, objetivista e subalternizante imposta pelo Eu Soberano (Carneiro, 2005), e raramente sob a perspectiva das epistemologias da inteligência negra.

Nem tudo é orientado só pelo racismo epistêmico, existem exceções, porém destacamos a maneira como que aspectos do ser, do saber e do poder posicionam a inteligência negra num lugar Outrificado, secundarizado e marginalizado na zona do não ser (Fanon; Rocha; Alves; 2008; 2023; 2024).

Ainda existem lacunas epistêmicas, culturais e ontológicas quando falamos de educação antirracista, porque muito do que se diz sobre aspectos positivos da identidade negra na educação formal tem predominância de uma pauta orientada para uma política de vida (Alves, 2024), cujos princípios contornam sempre o caráter de resistência ao racismo, resistência à escravidão, resistência às desigualdades. Uma verdadeira política de vida é aquela que se orienta pela vida e para a vida e não aquela submissa às posições de resistência apenas (Alves, 2024).

Propomos nesse estudo um conjunto de saberes que procura fazer dupla guinada epistêmica, sendo a primeira delas no arcabouço da inteligência negra – porque queremos apresentar os elementos da cosmopercepção africana em quilombos –, bem como objetivamos tornar as escolas antirracistas de fato, e não somente um currículo formal que narra alguns aspectos sociológicos da cultura e história africana e afrobrasileira. Por todas essas razões é que a didática é o que vem orientar os usos da questão quilombola para a educação regular.

Quando propomos que o quilombo seja apresentado na escola como sentidos do ser no aspecto positivo a partir da sua própria base onto-epistêmica, queremos romper com a tendência colonialista que reduz o quilombo – sobretudo, Palmares – apenas ao modelo de resistência e insubmissão à escravidão.

Queremos mostrar o extinto Estado Palmarino e outros quilombos como uma “pulsão palmarina” (Veiga, 2021), ou seja, uma força de vida capaz de dar a

conhecer a inteligência negra reverberada nos quilombos (modo de vida, o momento de paz, os ensinamentos, as histórias, as memórias, as reivindicações de direitos hoje – sobretudo, no que diz respeito aos conflitos e graves ameaças que os quilombolas enfrentam para manter os seus territórios ancestrais sob sua posse e longe da ganância dos grileiros, empresários, latifundiários e até mesmo longe de alguns agentes do Poder Público).

O presente artigo abordará, num primeiro momento, “Quilombo: sentidos positivos” para darmos a conhecer alguns elementos (epistêmicos) fundamentais da cosmopercepção africana no quilombo. Trataremos no segundo momento sobre “Quilombo e educação: usos” como um caminho onto-epistêmico e didático da questão quilombola no ensino. E no terceiro momento objetivamos apontar o “Cenário dos quilombos hoje” para mobilizar a educação como meio de formação histórico-crítica acerca dos quilombos e das demais comunidades e povos tradicionais que vivem sob graves violações de direitos no Brasil.

Esse excerto não reproduz um modelo cartesiano e/ou eurocentrado de pesquisa, sobretudo, em termos metodológicos. Por estas razões é que, como “metodologia”, recorreremos ao “vivido” (Alves, 2024). O vivido/vivência representa um dos elementos da cosmopercepção africana (observação *in loco*, oralidade, ancestralidade e a vivência nesses espaços afrorreferenciados).

E por fim, nas considerações finais, procuramos oferecer uma resposta à pergunta alvitada, mas sem a intenção de encerrar o assunto, e sim, fomentá-lo e estabelecer diálogo com outras ações que buscam os mesmos propósitos, ou seja, uma educação antirracista a partir da representação identitária acionada pelos quilombos.

Quilombo: sentido positivo

Na perspectiva de Clóvis Moura (2020), o Quilombo é a maior insurgência dos povos negros que foram escravizados no Brasil. Para Moura, a fuga para o mato que se estruturou em quilombo, foi a forma mais positiva e expressiva de resistência nos períodos Colônia e Império. Atualmente, quando pensamos em quilombos, prescindimos com a visão de que eles historicamente gravitam apenas como “fuga” do cativeiro (Alves; 2019). Agora nós re-politizamos os nossos saberes e sentidos sob uma ótica própria, longe da lei do cativeiro, pois passamos “de uma memória sobre o negro para uma memória negra” (Cunha Paz, 2019, p.20).

Ampliando o conceito de Cunha Paz (2019) sobre o “re-politizar”, nós consideramos que, se for necessário retomar no cânone da história – e da educação como um todo – a temática da fuga no período escravista... que então seja retomada dentro dos parâmetros da justiça, pois, com efeito, teremos como resultado a “fuga” dos colonizadores escravistas das suas responsabilidades humanas, a “fuga” de suas responsabilidades morais e sociais; bem como a “fuga” do Eu Soberano (Carneiro, 2005) - colonizador e escravista de outrora – das suas responsabilidades na educação antirracista e anti branquitude hodiernas.

Atualmente, estudar o quilombo é estudar o negro autônomo, livre, senhor de si mesmo e que concentra a sua existência como modo de vida orientada para a ancestralidade; mesmo que essa vida ainda tenha que enfrentar diferentes tipos de racismos, atualmente ela já rompeu com os signos existenciais que a escravidão e as narrativas colonialistas lançaram sobre os quilombos – embora eles ainda enfrentem desafios relacionados às desigualdades raciais (Alves, 2024).

Com efeito, as narrativas coloniais (escravista, racista, higienista e eugenista) dizem pelas estatísticas que a população negra é socialmente atrasada por causa dos baixíssimos índices de escolaridade, emprego e renda, porém, não informam que esse cenário secular foi produzido pela escravidão, pela branquitude, pelas políticas de higienização e eugenismo do Brasil contra a população negra e indígena (Machado & Alves; Bento, 2023; 2022).

O racismo epistêmico (Carneiro, 2005) presente na própria educação formal atual, é fruto de outros tipos de racismos pretéritos. Através de diferentes formas de racismos, às pessoas negras foi negado acessar o conhecimento ocidental (educação formal regular) ao mesmo tempo em que foram impedidas de levar o conhecimento de base africana para fora das organizações sociais negras – com a mesma potência que atua a inteligência negra nos espaços afrorreferenciados.

Antes de apresentar o quilombo onto-epistemicamente, é imprescindível pensar a sua posição política na literatura e no ensino. Re-politizar é um ato que não cabe somente a nós, pessoas negras. Realizar esse movimento compete primeiramente ao Estado fazer justiça histórica, social, cultural e epistêmica ao povo negro, uma vez que:

(...), a população negra foi excluída da educação escolar por muitos anos e, quando finalmente teve acesso às escolas, não foram oferecidas condições adequadas de permanência nem garantias de qualidade do ensino, o que aprofundou consideravelmente as desigualdades sociais e impediu que essa população tivesse acesso a emprego, salários dignos e uma vida de melhor qualidade. (Silva, F., 2023, p.62).

Segundo Clóvis Moura (2020), desde seu primeiro registro nos meados do século XVI, o quilombo sempre teve sua estrutura de organização social com forte base política, econômica, religiosa, educacional, enfim como uma sociedade autônoma. A autonomia é uma característica cultural das organizações sociais negras (Alves, 2024, 2019) que nos possibilita nos desobjetificar epistemicamente de narrativas racistas. Autonomia é o fazer da inteligência negra que revela ferramentas e conteúdos criados por nós mesmos, ou seja, “por mãos negras” (Nascimento, B., 2021).

Politicamente, desde Palmares até os dias atuais, o quilombo apresentou uma trajetória de organização interna admirável, política essa, que contribuiu fortemente para que a unidade social resistisse a todas as tentativas de aniquilamentos (literário e científico) impostos pelos historiadores colonialistas. É de suma importância ressaltar que muitos quilombos, a exemplos do quilombo Mesquita (Cidade Ocidental-GO), eram liderados por mulheres (Bomfim; Alves; 2024; 2019).

A atuação das mulheres nas organizações sociais negras, a exemplo dos quilombos (Alves; Bomfim; Rocha; 2019, 2024; 2023), contrapõe à sociedade brasileira regulada pela cultura ocidental, pois o patriarcado não predomina enfaticamente nos quilombos, nos terreiros de candomblé e nem nas sociedades tradicionais/autóctones africanas. Portanto, ao invés do patriarcado operar nesses espaços temos a atuação da inteligência negra, podemos falar, por exemplo, de compadrio, solidariedade, cooperativismo, colaborativismo, senioridade e ancestralidade – elementos do saber esses – que dinamizam e estruturam a comunidade de base africana (Rocha; Alves; 2023; 2019, 2024).

É também nesses aspectos que, de acordo com Flávio Gomes (2015), os povos pretos escravizados no Brasil sempre foram detentores de uma sabedoria ancestral no cultivo de grãos, porque esse conhecimento foi transferido pela oralidade de geração para geração das etnias africanas trazidas forçosamente para o Brasil. A agricultura também se tornou a principal fonte econômica dos quilombos, produzindo seus mantimentos em abundância a tal ponto de enfraquecer as forças escravistas. Ainda de acordo com o autor em tela, muitas

vezes as forças escravistas invadiam os quilombos com intuito de saquear seus mantimentos.

Além dos antigos episódios de saques aos quilombos, atualmente eles continuam sendo invadidos e saqueados por diferentes segmentos do racismo. Nego Bispo (Santos, 2023) afirma que a academia, respaldada por uma ciência eurocentrada, transforma as roças de quilombo em agrofloresta. Ou seja, esse é o exemplo de uma ação racista referendada pela ciência ocidental. Agrofloresta é um termo científico e mercadológico que invisibiliza o conhecimento ancestral dos quilombolas.

Mesmo considerando que o quilombo se constitua como organização social autônoma, não podemos eximir o Estado de suas responsabilidades legal, histórica e moral em garantir os direitos de todos os povos e comunidades tradicionais (Alves; Alves & Garcia-Felice, 2019, 2021).

Dadas essas considerações, buscaremos justificar porque o quilombo precisa ser apresentado na Educação como um signo ancestral que parte do próprio quilombo e se inscreve na legenda dos direitos humanos e na pauta étnico-racial como um forte elemento africano para o tratamento identitário.

A educação escolar precisa reorientar o seu modo de ensinar ao tratar sobre uma educação antirracista. O olhar precisa deixar de ser homogêneo e hegemônico para ser diversificado. Com efeito, o antirracismo não consiste apenas em defender direitos e direitos humanos, mas pensar as questões existenciais que dão base ao modo de vida da cosmopercepção africana presente nas organizações sociais negras.

Essa guinada epistêmica que o presente excerto propõe insere a pessoa negra num lócus de dignidade humana, em que a política de vida reconhece outras formas de ser, de saber e de poder que movimentam as epistemes e ontologias negras, bem como oferecem uma nova ontologia de dignidade humana e de direitos para os direitos humanos – ao pensar as ipseidades/singularidades de alguns segmentos sociais tradicionais. Portanto, a convivência, a vivência, a imanência, a oralitura, a senioridade, a ancestralidade e a forma de ser das comunidades negras são exemplos desse modo de conceber o mundo que não encontra sustentação teórica nas epistemes hegemônicas (Rocha; Alves; 2023; 2024).

Quando relacionamos quilombo e educação nós estamos pensando num campo e público amplos (pessoas quilombolas e pessoas negras não quilombolas), e não pensamos necessariamente em aspectos preconizados pela Educação Escolar Quilombola (definida em lei e diretrizes para orientar o currículo das escolas quilombolas e que atendem estudantes quilombolas).

Alves (2024), ao tratar sobre o candomblé como referência identitária das pessoas negras – mesmo para aquelas pessoas que não são candomblecistas –, compreende que, em geral, as organizações sociais negras tradicionais possuem uma historicidade local, vivencial e comunitária específicas, o que faz com que esses segmentos só podem ser profundamente conhecidos na essência através da aproximação e convivência com eles, porque uma educação abstrata, teórica e meramente conceitual – ao modo eurocentrado – não consegue “ensinar” de fato sobre povos e comunidades tradicionais. A guinada epistêmica aqui então se justifica porque o tema estudado possui envergadura outra acerca do campo de conhecimento, que como já dissemos, é orientado a partir da cosmopercepção africana.

Dadas essas condições para o conhecimento tradicional ou sobre ele, os paradigmas ocidentalistas engessadores também se engessam, porque sua abstração teórica “cosmovisionada” dificilmente consegue se despojar de uma pretenciosa posição de superioridade cultural frente ao Outro. O sujeito do conhecimento ocidental não consegue descapsular de uma arrogada posição de dominador do “objeto” do conhecimento (Alves; Mudimbe, 2024; 2019).

A forma de transmissão do saber de base africana, bem como de outras matrizes tradicionais, em geral, leva em consideração que o ensino-aprendizagem – preponderantemente oral, vivencial e imanente – se dá numa condição epistêmica da comunidade em que a vivência, a convivência, o “estar com” ontologicamente carregam o conhecimento que é igualmente imanente e corporificado (tanto teórico quanto prático).

Com efeito, uma educação antirracista – que tenha como referência os elementos da cosmopercepção africana a partir dos quilombos para trabalhar a identidade negra no aspecto positivo de fato – precisa ir além da simples inclusão de conteúdos sobre a história afro-brasileira. Um exemplo é a Educação Escolar Quilombola, normatizada pela Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de

2012 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) que estabelece que as escolas que atendem estudantes quilombolas precisam adequar seus currículos de modo a reconhecer e valorizar a história, cultura, práticas sociais e saberes quilombolas. Nesse sentido, é preciso reconhecer que:

Cada comunidade quilombola possui uma história e tradições únicas que precisam ser reconhecidas e valorizadas pela escola, a fim de eliminar barreiras que promovem um distanciamento entre o currículo escolar e a realidade dessas comunidades, dificultando a identificação e o envolvimento dos alunos quilombolas. (Silva, F., 2023, p.64-65).

Como já falamos anteriormente, muitas vezes a história e cultura dos quilombos são apresentadas de forma generalizada, como se todas as comunidades quilombolas fossem iguais, tendo inclusive o rogo colonialista de “fuga” como se esse fosse o elemento matricial da comunidade. Esse olhar reducionista ignora que cada quilombo tem sua própria relação com o território, organização social autônoma e práticas culturais de base africana e afro-indígena. Reconhecer que há uma rica variedade cultural e epistêmica nos quilombos, significa compreender que não há como conceber o currículo como um modelo fixo para as escolas, mas sim um currículo com princípios que desafiam a estrutura eurocêntrica do ensino e promovam uma educação antirracista, decolonial e inclusiva. Por razões de diferenças culturais é que o currículo escolar vem somar com o fazer pedagógico.

Nesse aspecto, podemos falar então do quilombo como agente educador, ou seja, podemos pensar cada um deles também como uma escola. Portanto, as escolas eurocentradas precisam parar de evocar e anunciar o quilombo como objeto do conhecimento para compreendê-lo como ensinador, como matriz ancestral de saberes de base africana.

Uma vez que, mudada essa postura epistêmica, a escola oportuniza então ao corpo estudantil se dirigir ao quilombo como ele de fato é, ou seja, enquanto signo africano. Assim como a imanência e a vivência são expressões basilares da inteligência negra, esse excerto cita duas experiências de ensino acionando o quilombo. Os nomes das pessoas citadas foram autorizados por elas.

Em termos didáticos, uma escola de Ensino Médio da periferia do Distrito Federal, o Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II-CED 01, ao executar a 5ª edição do Projeto Afrocientista (da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros-ABPN e universidades, no caso do DF foi a Universidade de Brasília-UnB), conseguiu fazer essa experiência com êxito.

O Afrocientista⁶, sob orientação da professora Renísia Cristina Garcia-Filice (UnB) e sob a coordenação adjunta do professor Adeir Alves (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF), trabalhou teoricamente seis meses com 11 (onze) estudantes (do CEd 01) a temática racial, e em uma ocasião realizou uma imersão prática e vivencial no quilombo Mesquita para constatar *in loco* a profundidade do que a comunidade cultiva. O grupo de estudantes do CEd 01 também recepcionou na escola representantes do quilombo Mesquita, indígenas (dos povos Wapichana e Terena) e demais ativistas da questão étnico-racial para consolidação da troca de saberes. Após a imersão no quilombo Mesquita, na ocasião do I Seminário Antirracista realizado na escola em outubro de 2024, esses estudantes conseguiram replicar para as centenas de colegas do CEd 01 seus conhecimentos, testemunhos e vivências.

Para exemplificar mais uma vez o uso da forma de representação positiva do quilombo na escola regular, outra experiência didática relevante que relatamos ocorreu na Escola Classe 116 de Santa Maria-DF, sob a orientação da professora Flávia Costa e Silva, quilombola Mesquita – e à época, coordenadora nessa escola. O projeto realizado com apoio da gestão escolar proporcionou aos professores um mergulho na história e cultura do Quilombo Mesquita por meio de formação continuada, vivência na comunidade e leituras variadas sobre o território quilombola. Esse processo formativo possibilitou que o conhecimento adquirido fosse repassado aos estudantes, permitindo-lhes compreender a importância do Quilombo Mesquita na construção da Capital Federal.

As atividades realizadas em sala de aula adotaram uma abordagem interdisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento: culinária típica, localização e cartografia do território, práticas agrícolas, importância do marmelo (fruto secularmente utilizado no cultivo do Mesquita), papel das mulheres quilombolas na comunidade e trocas de correspondências com os estudantes do quilombo. O projeto culminou em uma mostra cultural intitulada: “Da África ao Quilombo Mesquita”, onde a comunidade escolar e a comunidade local puderam conhecer mais sobre o quilombo – que é geograficamente perto de Santa Maria-

⁶ Mais informações sobre esse projeto e sobre o I Seminário Antirracista do CEd 01 podem ser obtidas em diferentes canais de comunicação virtual, a exemplo da Agência Brasília: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/10/17/evento-do-ced-01-do-riacho-fundo-ii-debate-educacao-antirracista/>

DF (10 km), mas epistêmica e historicamente longe – para a promoção da educação antirracista na prática.

Iniciativas como essas fortalecem a Educação para as Relações Étnico-Raciais, garantindo que o ensino sobre quilombos não se restrinja a uma abordagem superficial, exotizada ou folclorizada, mas seja compreendida como parte essencial da história e da identidade do Brasil.

Cenário dos quilombos hoje

Os contextos políticos e sociais em que as narrativas colonialistas inscrevem o quilombo em categorias subalternizantes é que dão sustentação epistêmica (teórico-conceitual, didática, técnica, conteúdo, formação) para a escola praticar, quase que naturalmente, um racismo epistêmico – mesmo estando essa escola num quilombo. Vejamos um exemplo: estudos recentes de Antônio Bomfim (2024) realizados na instituição educacional do quilombo Mesquita (Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I), em que ele aponta para educação escolar meramente universalista que não considera em seu fazer pedagógico a episteme quilombola nessa escola criada pelos Mesquita em seu próprio território tradicional.

Esse exemplo de apagamento do quilombo dentro da escola é sociopolítico porque tem fundamento nos diferentes tipos de racismos. Portanto, infelizmente essa não é uma realidade só do Mesquita, pois o Censo Demográfico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, em 2022, um mapeamento inédito das comunidades quilombolas, identificando mais de 6 mil quilombos no Brasil, com uma população superior a 1 milhão de pessoas (Brasil, 2022).

Embora tardio, esse reconhecimento é de grande importância, pois permite ao Estado saber quem são, quantos são e como vivem esses quilombolas. É o reconhecimento pelo Estado que abre caminho para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas à realidade dessa população. Além disso, é relevante para a sociedade em geral, que, agora pode contar com um retrato mais fiel da presença quilombola no Brasil, compreendendo a imensa diversidade do nosso país.

Esse mapeamento contribui para combater a invisibilidade histórica dessas comunidades, que só vieram a ser reconhecidas formalmente em 1988 – na Constituição Federal (Alves, 2019) –, o que evidencia um longo período de mais

de 400 anos de silêncio das vozes desses grupos. Tal silêncio e invisibilidade foram consentidos pelo Estado brasileiro que, durante anos, sequer registrou os quilombolas como parte integrante da sociedade (Silva, G., 2011).

Tal silenciamento e invisibilidade não impediram a existência das comunidades quilombolas em diferentes localidades brasileiras, porém contribuíram para o aumento das vulnerabilidades desse segmento, bem como cooperou para o aumento, aliás, para a continuidade das seculares violações de direitos (Terra de Direitos & Conaq⁷; Silva, G.; 2018; 2019).

Ao longo dos séculos, as comunidades quilombolas permaneceram e seguem resistindo, preservando seus modos de vida próprios, suas culturas e suas histórias. Para sustentar essa resistência, essas comunidades se fortalecem por meio mecanismos ancestrais, como a coletividade, a valorização do território enquanto espaço sagrado, de memória, identidade e luta, a transmissão de saberes entre gerações e relações de respeito com a natureza.

Para o quilombola Nego Bispo (Santos, 2023), enquanto a sociedade capitalista acumula e destrói recursos naturais, os quilombolas praticam uma relação equilibrada com a terra, pescando e colhendo apenas o necessário, respeitando os ciclos naturais da terra e das estações. Bispo destaca que, nesse processo, os quilombolas não apenas garantem a própria sobrevivência, mas também preservam o meio ambiente, agindo como guardiões da terra e de seus saberes ancestrais. O autor afirma ainda que a relação com a natureza nos quilombos é uma prática de resistência que está em oposição à lógica capitalista de exploração sem limites.

Esse modo de vida, fundamentado em uma cosmo percepção herdada dos povos originários e africanos tem sido fundamental para a manutenção dessas comunidades. Essas heranças ancestrais permitiram a continuidade dos povos e comunidades tradicionais, mesmo em conflito com uma sociedade ocidentalista cada vez mais individualista, voltada para consumismo e para o apagamento dos ensinamentos tradicionais. Enquanto o mundo se aprofunda na mercantilização das relações e da desconexão com a terra (Krenak; Alves; 2020; 2024), os quilombos reafirmam, a cada dia, a importância do pertencimento comunitário, da partilha e do respeito à ancestralidade como pilares para a existência e resistência coletiva.

⁷ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-Conaq.

Nesse contexto sociopolítico regulado pelo modelo de sociedade ocidentalista insere-se na educação o currículo escolar que desempenha papel fundamental na formação dos sujeitos. No entanto, apesar de sua relevância, o currículo está longe de refletir a pluralidade presente na sociedade brasileira.

De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2005), as decisões sobre "o que ensinar" e "como ensinar" que perpassam a construção do currículo, estão diretamente relacionadas à formação da identidade e da subjetividade dos indivíduos.

Nesse sentido, que apresentamos a reflexão sobre o "currículo aquilombado" trazido pela professora quilombola Flávia Silva:

O vocábulo "aquilombado" ou "aquilombar" encontra suas origens na expressão "quilombo", entendido por Andrade e Veloso (2021) não apenas como um espaço físico, mas também como uma simbologia intrínseca, uma ideia, uma fonte de inspiração e um sistema de valores que se conjugam na resistência e na construção de uma identidade étnica (Silva, F., 2023, p.70).

O movimento de aquilombar, portanto, significa postular o quilombo como esse locus não apenas de saber, mas também de ser e de poder para as pessoas negras. Parafraseando Ailton Krenak (2020) – quando ele fala sobre a mudança de paradigma ocidental por um pensamento anti colonial – nossa sugestão é de que as escolas parem de somente “desenvolver” teoricamente sobre a educação antirracista e passem a “envolver” com a educação antirracista de fato, tendo como base o quilombo – porque ele é uma escola de saberes africanos e um signo identitário da negritude.

Esse currículo propõe um novo paradigma para a educação, orientado em epistemologias quilombolas e afrodiaspóricas, bem como nos elementos da cosmopercepção africana. Ele não é somente aplicável às escolas quilombolas, mas sim a qualquer escola cuja pretensão seja uma educação antirracista e anti colonial.

O currículo aquilombado não se limita a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, quilombola e indígena, mas vai além, pois reconhece os saberes quilombolas como fundamento curricular, e não somente como um complemento. Saberes esses que buscam a construção do conhecimento de forma coletiva, a valorização dos saberes deixados pelos mais velhos, a relação de respeito e harmonia com todos os seres vivos e não vivos e o fortalecimento da oralidade como mecanismo de transmissão e produção de conhecimentos.

Considerações finais

Vale destacar que esse excerto evocou diversas vezes os termos “hoje” e “atualidade”. As posições de poder, de ser e de saber que o quilombo – e as demais organizações sociais negras que se inscrevem como signos potentes da cosmopercepção africana (a exemplos dos Povos de Terreiro de Matriz Africana, congada, irmandades negras, capoeira etc.) – no cerne do colonialismo gravitam em volta da categoria histórica do passado, do primitivo, do selvagem, do não civilizado. Porém pensadores da afrodiáspora tais como Paul Gilroy (2012) e Eduardo Oliveira (2021a; b; c) destacam que o legado africano rompe com essa categoria retilínea e uniforme da história e do símbolo de civilidade e nos faz repensar outros sentidos sobre o tempo.

Para a cosmopercepção africana o passado não é a manjedoura do presente, mas o presente é compreendido como realização das diretrizes do passado, ou seja, aspectos como a senioridade e a ancestralidade protagonizam não uma sucessão temporal de acontecimentos evolutivos, mas o espírito comunitário, vivencial, solidário e cooperativo em que o eu, o outro, a memória, a história, a oralidade e o existir são gestados pelo coletivo e para o coletivo orientado pelo passado (Oliveira; Alves; 2021a; b; c; 2024). Com efeito, para a cosmopercepção africana o passado não é antítese de evolução, o passado é o esteio da dinâmica do que acontece agora, inclusive criar, recriar, inventar e ressignificar; são esses os caminhos da inteligência africana (Alves; 2024). É nesse sentido africano que evocamos o quilombo para a Educação Básica.

Quando então perguntamos: “em que medida que a questão quilombola – em termos de usos e sentidos além das comunidades tradicionais – pode ser acionada na Educação Básica para pensar a identidade negra e, mais precisamente, a pauta antirracista nas escolas?” podemos ter como resposta a compreensão de que, quando falamos em quilombo – como comunidade autônoma, não ocidental e orientada pela cosmopercepção africana – atualmente precisamos considerar também os fatores políticos que contornam, atravessam e constroem esses territórios ancestrais, assim como precisamos saber como esses inúmeros conflitos dinamizam a vida dos quilombolas.

Por todas essas razões que, não é possível falarmos do quilombo como referência positiva epistêmica, ontológica (identitária) ou histórica sem compreender o contexto sociopolítico que reconfigura o fazer e o ser quilombola

nessa malha de violação de direitos humanos que o circunda. É preciso também falar de avanços, especialmente em termos legais e de políticas públicas, para que compreendamos também o quilombo como uma reserva ancestral de saberes que recorre também ao Estado para reivindicar dele reparação, mediação nos conflitos, bem como acessibilidade às políticas públicas já existentes.

Pensar o quilombo de modo crítico é considerá-lo a partir da sua própria base ontológica para acioná-lo nos espaços pedagógicos, caso contrário, a falsa visibilidade das narrativas colonialistas novamente seguirá uma forte tendência escolar de o colocar em patamares folcloristas, exotistas e/ou meramente festivos do “racismo não racista”⁸. Quando referenciarmos quilombo nas escolas falemos a partir de um currículo aquilombado.

Essas considerações não encerram o assunto, mas o provoca, produz deslocamentos de paradigmas fixistas e renova o pensar. O que apresentamos aqui como resposta à pergunta de pesquisa é, em alguma medida, uma mola propulsora que pretende acionar o quilombo na educação ao seu modo aquilombado, palmarino, insubmisso, autônomo, amplo, dinâmico, antirracista...

⁸ Tentativa de não ser racista, mas sendo racista (Alves, 2024).

Referências

- ALVES, Adeir Ferreira. Vidante: um filosofar de candomblé. (Tese de doutorado), Programa de Pós-graduação em Metafísica. UnB, 2024.
- ALVES, Adeir Ferreira. Organização social no Quilombo Mesquita: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). UnB, Brasília, 2019.
- ALVES, Adeir Ferreira; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. Ancestralidade africana na afrodíaspóra: conhecimento, existência e vida. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade-RELACULT*, V. 07, nº 01, jan. abr., 2021, artigo nº 2153.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOMFIM, Antônio Marcos. O Ensino de Ciências na Educação Básica, Anos Iniciais na Comunidade Escolar Quilombola Mesquita. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). UEG, Anápolis 2024.
- BRASIL. MEC. Portaria nº 470, de 21 de março de 2024. Institui a Política Nacional de Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e define diretrizes para a promoção da equidade racial no sistema educacional brasileiro. D.O.U: seção 1, Brasília, DF, 2024.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 2005.
- COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: A verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno. Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília, 2017.
- CUNHA PAZ, Francisco Phelipe. Na Casa De Ajalá: Comunidades Negras, Patrimônio e Memória Contracolônia No Cais Do Valongo: A “Pequena África”. Brasília, 2019. Dissertação de Mestrado, PPGDSCI-UnB, 218 p.
- FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos afro-Asiáticos, 2012.
- GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil – 1º edição – São Paulo: Claro Enigma, 2015. – (Coleção Agenda brasileira).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE. 2022. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca/catalogo?view=detalhes&id=2102016> . Acesso em 01 de março de 2025.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

MACHADO, Samuel César & ALVES, Adeir Ferreira. Racismo estrutural do Brasil: eugenia e higienização governamental e as narrativas racistas na sociedade civil. *Revista Com Censo: Brasília*, v 10, p.24-35, maio/2023.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo – 1º edição – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUDIMBE, Valentin-Yves. A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021a. (Vol. I).

OLIVEIRA, Eduardo. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021b. (Vol. II).

OLIVEIRA, Eduardo. Ancestralidade da encruzilhada: dinâmica de uma tradição inventada. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021c. (Vol. III).

OYEWUMI, Oyeronke. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROCHA, Aline Matos da. Corpo-orí-idade: uma investigação filosófica sobre ontologia relacional no pensamento de Oyeronke Oyewumi. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Metafísica. Universidade de Brasília-UnB, 2023. 173f.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SILVA, Flávia Costa e. Raízes culturais, rumos educacionais: um olhar quilombola sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola em Goiás. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Brasília, 2024.

SILVA, Givânia Maria da. Territorialidades quilombolas ameaçadas pela colonialidade do ser, do saber e do poder. In OLIVA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FILICE, Renísia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson Flor do (Orgs). Tecendo redes antirracistas: África, Brasis e Portugal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Givânia Maria da. O currículo escolar: identidade e educação quilombola. *Cadernos ANPAE*, v. 11, p. 1-4, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2a. Ed., Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

TERRA DE DIREITOS; COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. Racismo e Violência: contra quilombos no Brasil. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

VEIGA, Lucas Motta. Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.